

ESTADÃO 150

150 ANOS DE HISTÓRIA E TRADIÇÃO NO JORNALISMO PAUTADOS PELA TRANSPARÊNCIA E CREDIBILIDADE.

PUBLIQUE SEUS BALANÇOS E ATOS SOCIETÁRIOS NO ESTADÃO E GARANTA OS MELHORES RESULTADOS



ESTADÃO RI

PUBLICAÇÃO SIMULTÂNEA NA PLATAFORMA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

CONSULTE NOSSA EQUIPE COMERCIAL: (11) 3856-2442

ACESSE E CONHEÇA:



ESTADÃO 150

ESTADÃO RI

A JORNAL DO INSTITUTO ECONOMIA ELDORADO FM 107.3

ESTADÃO BLUE STUDIO

AGÊNCIA ESTADO

broadcast

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Especial de Investidores da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 120ª (Centésima Vigésima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 120ª (centésima vigésima) Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio, da 1ª (Primeira) e da 2ª (Segunda) Séries, da 120ª (Centésima Vigésima) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., Lastreados em Direitos Creditórios do Agronegócio devidos pela Lar Cooperativa Agroindustrial" ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **27 de janeiro de 2026, às 11:30 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2025, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas em 2ª (segunda) convocação, caso a assembleia não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia Especial De Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, Qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em 2ª (segunda) convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, 50% mais um dos Titulares dos CRA em Circulação, na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails: assembleia@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortex.com.br, os seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 15 de janeiro de 2026

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

CNPJ/MF nº 10.753.164/0001-43 - Registro CVM nº 310

Edital de Segunda Convocação para Assembleia Especial de Investidores da 1ª (Primeira) e 2ª (Segunda) Séries da 75ª (Septuagésima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Ficam convocados os Srs. Titulares de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da 1ª (primeira) e 2ª (segunda) Séries da 75ª (septuagésima quinta) Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Titulares de CRA", "CRA" e "Emissora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio da 1ª e 2ª Séries da 75ª Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("Termo de Securitização"), conforme Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme em vigor ("Resolução CVM 60"), a reunirem-se em 2ª (segunda) convocação em Assembleia Especial de Investidores ("Assembleia"), a realizar-se no dia **27 de janeiro de 2026, às 10:45 horas**, exclusivamente de forma digital, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma eletrônica Zoom, administrado pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, por meio de link que será informado pela Emissora e/ou pelo Agente Fiduciário, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do Patrimônio Separado (conforme definido no Termo de Securitização), apresentadas pela Emissora, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, relativas ao exercício social findo em 30 de junho de 2025, nos termos do artigo 25, inciso I da Resolução CVM nº 60, as quais não apresentam ressalvas; (ii) aprovar a substituição do atual auditor independente da Emissão, para fins de contratação da **BDO RCS Auditores Independentes - Sociedade Simples Limitada**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 54.276.936/0001-79, com o objetivo de promover maior eficiência operacional à Emissora. Ressalta-se que a referida substituição não acarretará qualquer prejuízo aos Titulares dos CRA, uma vez que os valores relativos à prestação dos serviços permanecem em linha com os atualmente praticados na Emissão, preservando-se, inclusive, a mesma qualidade na execução dos serviços. Ficam os senhores Titulares dos CRA cientes de que, nos termos do §2º do artigo 25 da Resolução CVM nº 60, as demonstrações financeiras cujo relatório de auditoria não contiver opinião modificada podem ser consideradas automaticamente aprovadas em 2ª (segunda) convocação, caso a assembleia não seja instalada em virtude do não comparecimento de investidores. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. **Informações Gerais aos Titulares de CRA: (i)** A Assembleia Especial de Investidores instalar-se-á em 2ª (segunda) convocação com a presença de Titulares de CRA que representem, no mínimo, qualquer número de Titulares dos CRA em Circulação. Ainda, as matérias serão aprovadas, em 2ª (segunda) convocação, pelos votos favoráveis de Titulares dos CRA que representem, no mínimo, a maioria dos titulares de CRA em Circulação presentes, desde que presentes à Assembleia Geral titulares de CRA representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos CRA em Circulação, na respectiva assembleia. **(ii)** Nos termos da Resolução CVM 60, o Titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 24 (vinte e quatro) horas antes da realização da AGTCRA. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica. **(iii)** Observado o disposto na Resolução CVM 60, §§ 1º e 2º do artigo 29, de acordo com o item "(ii)" anterior e "(iv)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails: assembleia@ecoagro.agr.br e agentefiduciario@vortex.com.br, os seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do Titular de CRA; 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGC, obedecidas as condições legais. **(iv)** Após o horário de início da AGTCRA, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGTCRA, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, não sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância.

São Paulo, 15 de janeiro de 2026

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

ESPORTE CLUBE SÍRIO

CNPJ 61.006.839/0001-21



Pelo presente convocamos V.Sa. para a Reunião Ordinária do Conselho Superior de Administração do **ESPORTE CLUBE SÍRIO**, a realizar-se na sede social à Avenida Indianópolis, nº 1.192 no dia 27 de janeiro de 2026, terça-feira, em primeira chamada às 18h30. Não havendo número legal, será feita a segunda chamada às 19h30, realizando-se a reunião desde que constem pelo menos 40 assinaturas no livro de presença, para tratar da matéria constante da seguinte ordem do dia:

- Leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;
- Homenagem a Conselheiros que completaram 80 anos e prestaram relevantes serviços ao Clube;
- Leitura, discussão e aprovação dos relatórios da Diretoria Executiva e das Comissões Auxiliares e do Parecer do Conselho Fiscal do exercício de 2025;
- Autorização para a venda de mais 40 Certificados de Sócio Contribuinte à filhos de sócios, nos mesmos moldes da Campanha aprovada em reunião de 04/11/2025, e
- Assuntos gerais.

Contamos com a valiosa presença do(a) digníssimo(a) Conselheiro(a), tendo em vista a relevância dos assuntos a serem tratados e eventual ausência deverá ser justificada por escrito nos termos do artigo nº 12 Letra "c" do Estatuto Social, a saber: **Art. 12º - Letra "C" Parágrafo 3º -** O Conselheiro que, no mesmo mandato, faltar a três reuniões consecutivas, ou a cinco alternadas, sem justificativa por escrito, perderá suas funções, salvo os Conselheiros Vitalícios e Veteranos e **Parágrafo 4º -** O Conselheiro poderá licenciar-se por motivo devidamente justificado e pelo prazo que necessitar. O pedido deverá ser encaminhado ao Conselho Superior de Administração por escrito, para a devida aprovação. Caso seja aprovado, sua vaga será preenchida pelo primeiro suplente e terá vigência pelo período estabelecido pela licença".

Cordialmente
ESPORTE CLUBE SÍRIO

FABIO SAID BITTAR
Presidente do Conselho Superior de
Administração do Esporte Clube Sírio

DR. FÁBIO EDSON BUNEMER
Secretário do Conselho Superior de
Administração do Esporte Clube Sírio

Sendas Distribuidora S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizada
CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 33.300.272.90-9



Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 30 de Dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: No dia 30 de dezembro de 2025, às 09:15h, na sede social da Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia"), localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005. **2. Convocação e Presença:** Convocação realizada nos termos regimentais e presença da totalidade dos membros, a saber: Srs. Belmiro de Figueiredo Gomes, Enéas Cesar Pestana Neto, José Roberto Meister Müssnich, Julio Cesar de Queiroz Campos, Leila Abraham Loria, Miguel Maia Mickelberg e Oscar de Paula Bernardes Neto. **3. Mesa: Presidente:** Oscar de Paula Bernardes Neto; **Secretária:** Tamara Rafiq Nahuz. **4. Ordem do Dia:** Análise e deliberação acerca da distribuição e pagamento de juros sobre capital próprio, nos termos do artigo 36, parágrafos 3º e 4º do Estatuto Social da Companhia. **5. Deliberações:** Nos termos do artigo 36, parágrafos 3º e 4º do Estatuto Social da Companhia, os Srs. membros do Conselho de Administração da Companhia, com base na recomendação favorável do Comitê Financeiro e de Investimentos, deliberaram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar, ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, o pagamento de juros sobre capital próprio ("JCP"), referente ao período até 31 de dezembro de 2025, no montante bruto de R\$ 140.000.000,00 (cento e quarenta milhões de reais) correspondente a R\$ 0,10434461010 por ação ordinária, excluindo ações mantidas em tesouraria, do qual será deduzido o valor relativo ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), na forma da legislação em vigor, com exceção dos acionistas imunes e/ou isentos. Os membros do Conselho de Administração deliberaram ainda *aprovar* que o pagamento dos JCP às ações de emissão da Companhia negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, bem como às demais ações escrituradas perante a BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM, seja realizado em 26 de junho de 2026, com base na posição acionária do dia 6 de janeiro de 2026, respeitadas as negociações realizadas até essa data, inclusive. As ações de emissão da Companhia serão negociadas *ex-direitos* ao recebimento dos JCP a partir de 7 de janeiro de 2026, inclusive. O JPMorgan Chase Bank, na qualidade de banco depositário dos *American Depositary Receipts* representativos de ações ordinárias de emissão da Companhia ("ADR"), será responsável por indicar as datas e procedimentos operacionais para pagamento dos JCP aos detentores de ADR. Referidos JCP serão imputados aos devidos a serem deliberados na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2026, inclusive o dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **6. Aprovação e Assinatura da ata:** Nada mais havendo a ser deliberado, a presente ata foi lavrada, após o que a mesma foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2025. Presidente:** Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto; **Secretária:** Sra. Tamara Rafiq Nahuz. **Membros presentes do Conselho de Administração:** Srs. Belmiro de Figueiredo Gomes, Enéas Cesar Pestana Neto, José Roberto Meister Müssnich, Julio Cesar de Queiroz Campos, Leila Abraham Loria, Miguel Maia Mickelberg e Oscar de Paula Bernardes Neto. **Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 2025. Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada em livro própria.** Tamara Rafiq Nahuz - **Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Empresa:** SENDAS DISTRIBUIDORA S.A. - NIRE: 333.0027290-9. Protocolo: 2026/00095413-3. Data do protocolo: 08/01/2026. Certifico o Arquivamento em 14/01/2026 sob o número 00007502664. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

Sendas Distribuidora S.A.

Companhia Aberta de Capital Autorizada
CNPJ nº 06.057.223/0001-71 - NIRE 3330027290-9



Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 10 de Dezembro de 2025

1. Data, Horário e Local: Aos 10 dias de dezembro de 2025, às 09 horas, realizada no escritório de Sendas Distribuidora S.A. ("Companhia") localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Ayrton Senna, nº 6.000, Lote 2, Pal 48959, Anexo A, Jacarepaguá, CEP 22775-005. **2. Convocação e Presença:** Convocação feita nos termos regimentais, tendo sido verificada a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, a saber: Srs. Belmiro de Figueiredo Gomes, Enéas Cesar Pestana Neto, José Roberto Meister Müssnich, Julio Cesar de Queiroz Campos, Leila Abraham Loria, Miguel Maia Mickelberg e Oscar de Paula Bernardes Neto. **3. Mesa: Presidente:** Oscar de Paula Bernardes Neto; **Secretária:** Tamara Rafiq Nahuz. **4. Ordem do Dia:** Análise e deliberação acerca: **(i)** das alterações da Política de Conflitos de Interesse; **(ii)** das alterações da Política Anticorrupção; **(iii)** de operação estruturada de compra, venda e locação de determinados imóveis próprios e de terceiros; e **(iv)** das alterações do Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação. **5. Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração discutiram e deliberaram o quanto segue: **5.1. Análise e deliberação acerca das alterações da Política de Conflitos de Interesse:** Os membros do Conselho de Administração, com base na recomendação favorável do Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação e do Comitê de Auditoria, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar* as alterações realizadas na Política de Conflitos de Interesse. **5.2. Análise e deliberação acerca das alterações da Política Anticorrupção:** Os membros do Conselho de Administração, com base na recomendação favorável do Comitê de Auditoria, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar* as alterações realizadas na Política Anticorrupção. **5.3. Análise e deliberação acerca de operação estruturada de compra, venda e locação de determinados imóveis próprios e de terceiros:** Os membros do Conselho de Administração, conforme apresentação realizada e material disponibilizado no portal de governança corporativa, bem como com base na recomendação favorável do Comitê Financeiro e de Investimentos, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar* a operação estruturada entre a Companhia e veículos do grupo SuccesPar envolvendo a venda e locação concomitante à Companhia (*sole leaseback - SLB*) de três imóveis próprios, sendo duas lojas localizadas em Araruama - RJ e Ribeirão Preto - SP, e um terreno localizado no bairro do Capão Redondo, São Paulo - SP (parte do imóvel), no qual, além da transação de venda (*sole leaseback - SLB*), será realizada construção sob medida do tipo BTS (*built to suit*); além da locação de três imóveis, dos quais dois serão construídos/reformados no sistema de BTS (*built to suit*) e o terceiro será locado pelo grupo SuccesPar no sistema de BTL (*buy to lease*) para construção da loja com recursos da Companhia, cujos contratos estão sujeitos a determinadas condições suspensivas ("Operação"). Tendo em vista referidas condições suspensivas e negociações em andamento, fica a administração autorizada a substituir os imóveis acima mencionados e a estrutura a ser explorada neles, observado o racional econômico-financeiro da Operação conforme apresentação realizada. **5.4. Análise e deliberação acerca das alterações da Política de Conflitos de Interesse:** Os membros do Conselho de Administração, com base na recomendação favorável do Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar* as alterações realizadas no Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação. **5.5. Análise e deliberação acerca das alterações da Política Anticorrupção:** Os membros do Conselho de Administração, com base na recomendação favorável do Comitê de Auditoria, decidiram, por unanimidade e sem ressalvas, *aprovar* as alterações realizadas no Regimento Interno do Comitê de Governança Corporativa, Sustentabilidade e Indicação. **6. Aprovação e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, a presente ata foi lavrada, após a mesma ser lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. Presidente:** Sr. Oscar de Paula Bernardes Neto; **Secretária:** Sra. Tamara Rafiq Nahuz. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Srs. Belmiro de Figueiredo Gomes, Enéas Cesar Pestana Neto, José Roberto Meister Müssnich, Julio Cesar de Queiroz Campos, Leila Abraham Loria, Miguel Maia Mickelberg e Oscar de Paula Bernardes Neto. **Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 2025. Certifico que esta ata é cópia fiel da lavrada em livro própria.** Tamara Rafiq Nahuz - **Secretária. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro - Empresa:** SENDAS DISTRIBUIDORA S.A. - NIRE: 333.0027290-9; Protocolo: 2025/01218769-6 - Data do protocolo: 23/12/2025. Certifico o Arquivamento em 14/01/2026 sob o número 00007502664. Gabriel Oliveira de Souza Voi - Secretário Geral.

RAÍZEN BIOTECNOLOGIA S.A.

CNPJ nº 09.540.472/0001-01 - NIRE nº 35300387767 - ("Companhia")

Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 31/07/2023

Realizada no dia 31/07/2023, às 12h, na sede social da Companhia, com a totalidade do capital social. **Messa:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Juliano Augusto Araújo Oliveira** e secretariados pelo Sr. **Gihane El Tassa Hassan**. **Deliberações:** Após a discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas presentes deliberaram o quanto segue: **1.** Registrar que a ata que se refere a presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária será lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o §1º do art. 130 da Lei das S.A. **2.** Consignar que nenhum dos acionistas encontra-se impedido, nos termos dos arts. 115, §1º e 134, §1º, da Lei das S.A., de votar acerca do relatório da administração, das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31/03/2023 e dos demais documentos previstos no art. 133 da Lei das S.A., de maneira que não houve abstenções em relação às deliberações relativas aos referidos documentos. **3.** Aprovar, por unanimidade e sem ressalvas, as contas da administração, o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras acompanhadas do parecer do auditor independente, referentes ao exercício social findo em 31/03/2023. **4.** Aprovar, sem ressalvas ou restrições, a destinação do prejuízo auferido no exercício social encerrado em 31/03/2023, no montante total de R\$ 459,04 à conta de prejuízos acumulados da Companhia, conforme registrado nas demonstrações financeiras da Companhia. **5.** Consignar que, por força do prejuízo registrado pela Companhia no exercício encerrado em 31/03/2023, nos termos do item 3 acima, não haverá distribuição de dividendos e demais proventos à acionista, de forma que os prejuízos supracitados serão destinados à conta de prejuízos acumulados da Companhia. **6.** Consignar que fica dispensada a presença do representante do auditor independente da Companhia do exercício social encerrado em 31/03/2023, nos termos do art. 134, §2º, da Lei das S.A. **7.** Aprovar que os administradores da Companhia não farão jus a remuneração específica para o exercício social a ser encerrado em 31/03/2024. **8.** A alteração da cláusula vigésima terceira, exclusão do seu parágrafo único, alteração da cláusula vigésima quarta, alteração da cláusula vigésima quinta, alteração de seus parágrafos primeiro e segundo, e inclusão dos parágrafos terceiro a sétimo do Estatuto Social da Companhia. Em decorrência da alteração da forma de retenção de lucros da Companhia ora aprovado, tais disposições do Estatuto Social da Companhia passam a vigorar com a seguinte redação: **"Artigo 23 -** Do resultado do exercício, antes de qualquer destinação, devem ser deduzidos os prejuízos acumulados e a provisão para pagamento dos tributos sobre o lucro. **Artigo 24.** Para fins deste Estatuto, considera-se lucro líquido do exercício a parcela do resultado do exercício que remanescer depois dos ajustes e deduções legais previstos no Artigo 23 acima. **Artigo 25.** A administração deve submeter à Assembleia Geral proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, se houver, observadas as seguintes regras: (i) Parcela correspondente a 5% do lucro líquido do exercício será aplicada, antes de qualquer destinação, na constituição de reserva legal, que não excederá a 20% do capital social da Companhia; (ii) parcela do lucro líquido do exercício remanescente pode ser destinada à formação de reserva para contingências, com a finalidade de compensar, em exercício futuro, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável; (iii) parcela do lucro líquido do exercício decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos pode ser destinada para a reserva de incentivos fiscais; (iv) do saldo remanescente após as deduções mencionadas nos incisos acima, se houver, parcela correspondente a 1% será distribuída como dividendo obrigatório; (v) parcela correspondente a até 75% do lucro líquido ajustado nos termos dos itens (i) a (iv) acima pode ser aplicada na formação da reserva de lucros estatutária, que tem por fim reforçar o capital de giro da Companhia e financiar a manutenção, expansão e desenvolvimento de novos projetos e das demais atividades que compõem o objeto social da Companhia e/ou de suas controladas, observado o limite do §1º abaixo; (vi) o saldo remanescente, se houver, poderá ser distribuído aos acionistas como dividendo adicional. **§1º -** O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais, de lucros a realizar e a retenção de lucros para cumprimento de orçamento de capital, não poderá ultrapassar o capital social. Attingido esse limite, a Assembleia Geral deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. **§2º -** A Companhia tem a faculdade de não constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante registrado na reserva de capital, seja superior ao montante equivalente a 30% da cifra do capital social. **§3º -** No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos deste Estatuto, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Assembleia Geral pode, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Os valores registrados na reserva de lucros a realizar, se não forem absorvidos por prejuízos supervenientes, somente podem ser utilizados para o pagamento do dividendo obrigatório. **§4º -** A Assembleia Geral pode não distribuir o dividendo obrigatório no exercício social em que os administradores informarem à Assembleia Geral Ordinária ser ele incompatível com a situação financeira da Companhia, observada a legislação e regulamentação aplicáveis. **§5º -** A Companhia, mediante proposta da Diretoria, poderá: (i) levantar demonstrações financeiras intermediárias semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos intercalares ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso apurado nesses balanços; e (ii) declarar dividendos intermediários ou juros sobre capital próprio à conta de reservas de lucros existentes nas últimas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias semestrais, trimestrais ou em períodos menores. **§6º -** Os dividendos e os juros sobre o capital próprio distribuídos nos termos do Parágrafo Quinto poderão ser imputados ao dividendo obrigatório, sendo que, no caso dos juros sobre o capital próprio, somente poderá ser imputado o montante líquido do imposto de renda na fonte. **§7º -** A declaração de dividendo ou juros sobre capital próprio com base no lucro líquido do exercício em curso, apurado em demonstrações financeiras intermediárias levantadas em período inferior ao semestral, está limitada, em cada semestre, ao valor da reserva de capital da Companhia." **9.** A consolidação do estatuto social da Companhia, passa a vigorar com a redação do **Anexo II** a esta ata. **10.** Autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações ora aprovadas na presente Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária. Nada mais. São Paulo, 31/07/2023. **Juliano Augusto Araújo Oliveira** - Presidente da Mesa; **Gihane El Tassa Hassan** - Secretário; **Raízen Energia S.A.** - Frederico Barbosa Saliba; **Raízen Energia S.A.** - Rodrigo Cesar Caldas de Sá. **JUCESP** nº 363.247/23-3 em 11/09/2023. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.